

SITUAÇÃO PRECÁRIA

Comunidade de Propriá sofre sem rede de esgoto

Bianca Silveira

municipios@cinform.com.br

Quem vive no Bairro Maria do Carmo, em Propriá, no Baixo São Francisco, precisa lidar diariamente com os problemas causados pela ausência de esgotamento sanitário. Uma lama fétida escorre livremente pelas ruas do Conjunto Santo Antônio, em especial, e amontoados de lixo se formam ao longo da comunidade.

Mas, segundo a dona de casa Maria José dos Santos, os problemas não param por aí. “Como aqui não tem pavimentação nas ruas, a poeira e a lama - que aparece quando chove - faz com que o conjunto vire um caos”, revela. De acordo com os moradores, apenas a via principal do bairro foi asfaltada.

Assim, as ruas do Conjunto Santo Antônio - que fica dentro do Maria do Carmo - estariam entregues ao descaso. Além disso, ratos, baratas e muriçocas estariam espalhados pelos quatro cantos da localidade.

Para a aposentada Luzinete Alves dos Santos, embora o conjunto necessite de ações mais enérgicas do Governo do Estado e da Prefeitura, a população também tem colaborado para degradação do espaço.

“O povo vem de longe para jogar lixo aqui. O caminhão passa para fazer a coleta e, na mesma hora, já está a maior lixeira de novo. A população também não colabora”, diz a aposentada.

CARAMUJOS

Para completar, a comunidade está infestada por caramujos, o que tem amedrontado os moradores. “Hoje de manhã cedo, eu vi um monte saindo do mato, parecia que estava brotando do chão”, revela o mototaxista André Carvalho.

Os moluscos invadiram também a residência da dona de casa Inês dos Santos. “No meu quintal, tem aos montes. Eles sobem nas paredes, na lavanderia, em tudo que você imaginar”, explica.

Para se livrar da praga, Inês costuma jogar sal nos caracóis. “Eles ficam chiando e soltam uma gosma melequenta, mas, só assim, morrem”, revela. No entanto, a prática não é aconselhável e a melhor forma de se livrar dos caramujos é através da fervura em água e da aplicação de cal virgem.

Segundo um levantamento realizado pela Comissão Estadual de Combate ao Caramujo Gigante Africano, que atua em



Crianças estão expostas a problemas da comunidade

Sergipe desde 2005, Propriá está entre os municípios com infestação mais crítica, ao lado de Neópolis e Siriri.

PREFEITURA

De acordo com José Américo Lima, PSC, prefeito de Propriá, o Conjunto Santo Antônio foi erguido durante a gestão anterior e 150 casas foram construídas na comunidade. Mas, antes do término das obras, aproximadamente, 80% dos imóveis foram invadidos.

Zé Américo explica que um acordo estabelecido entre o Governo do Estado, a Companhia de Saneamento de Sergipe - Deso - e o ex-prefeito Paulo Britto, previa a destinação de R\$ 6 milhões para construção do esgotamento sanitário de todo o conjunto.

“No entanto, a licitação apresentou problemas e foi cancelada pelo Ministério Público.

Depois de várias e várias visitas feitas por mim a Deso me foi passada a informação de que esses recursos não existem mais. Então, nós queremos saber onde esse dinheiro foi parar”, salienta o prefeito.

O gestor afirma que, devido à crise financeira que assola a maioria dos municípios sergipanos, Propriá não tem condições de bancar a obra com recursos próprios. “Por outro lado, já temos R\$ 3 milhões em recursos de emendas parlamentares para o calçamento de diversas ruas do Maria do Carmo”, revela Zé Américo.

Assim, as obras estão previstas para começar em janeiro. No que diz respeito aos caramujos, o prefeito afirma que já mobilizou a equipe de endemias e que, em breve, terá início um traba-

lho de combate à praga focado na comunidade acima citada.

DESO

Por sua vez, a Deso afirma que, a pedido da Prefeitura de Propriá, deu andamento ao trabalho de esgotamento sanitário. “Em 2009, a recuperação do sistema existente foi iniciada, contemplando a rede, a lagoa de estabilização e as estações elevatórias e de tratamento de esgoto”, diz uma nota enviada pela assessoria de comunicação da Companhia ao Cinform.

A Deso contraiu o projeto de extensão do esgotamento sanitário, solicitou o recurso para o BNDES, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - Sedurb -, que aprovou a liberação a partir do Programa Sergipe Cidades.

Diante da viabilidade, a Deso

fez o processo de licitação, que resultou em um vencedor. Contudo, os concorrentes entraram com uma ação judicial solicitando o cancelamento da licitação. A ação, até hoje, não foi julgada e a Deso já pediu a desistência do processo porque o objeto da licitação foi perdido.

“Os recursos na ordem de R\$ 6 milhões nunca vieram para a Deso, eles integram o programa gerenciado pela Sedurb. Caso haja solução na Justiça para a licitação, a Deso vai ter que verificar na Secretaria a possibilidade de liberação do recurso”, explica o diretor-presidente da Deso, Sérgio Ferrari, destacando que, apesar da autorização da Sedurb para utilização do recurso, o BNDES só libera o montante após análise da licitação, com licença ambiental titularidade da área.